

PS chumba recandidatura de Moura

Viana do Castelo Distrital não perdoou exclusão da capital do distrito da Comunidade Intermunicipal

ALFREDO CUNHA



Defensor Moura é presidente da Câmara de Viana do Castelo há 15 anos e sempre foi eleito pelo PS

a
i
ti
lh
ta
D
p
te
fa
qu
ra
m
Di
pa
pa
un
pa
sin
So:
vo

Defensor Moura, presidente da Câmara de Viana do Castelo há 15 anos eleito pelo PS, não vai nas próximas autárquicas ser o candidato do partido que sempre o elegeu. Já há nomes que se perfilam mas o PS ainda não comenta.

A anunciada recandidatura de Moura não conta com o apoio da Distrital do PS, cuja comissão política aprovou, anteontem à noite, por larga maioria, a avocação do processo eleitoral de Viana para decidir quem será a equipa candidata. Moura fica assim, desde que a Direcção Nacional do partido não decida intervir, afastado da corrida, como consequência de ter protagonizado a exclusão do município da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM), onde estão representados nove dos 10 concelhos do distrito.

Dois nomes têm sido apontados como prováveis candidatos do PS: José Maria Costa, líder da Concelhia de Viana do PS e actual vereador no Executivo de Moura, e Rui Teixeira, presidente do Politécnico de Viana do Castelo.

José Maria Costa e
Rui Teixeira são os
nomes apontados
para avançar pelo PS

Sem revelar quais as possibilidades que se encontram agora em cima da mesa para correr pelo partido, o líder da Distrital, Rui Solheiro, sublinha que a escolha do candidato para Viana “está desde ontem (anteontem) na estaca zero” e será definida “em diálogo com a Concelhia, através do seu presidente”. Solheiro reconhece, contudo, que “estatutariamente” a última palavra poderá caber à direcção nacional.

Por agora, a Distrital socialista, através da sua comissão política, invalidou a decisão tomada nos últimos dias pela estrutura concelhia, presidida por José Maria Costa, de apoiar a recandidatura de Defensor Moura. A avocação do processo autárquico obteve anteontem uma votação (42 votos a favor, oito contra e uma abstenção) que expressa a situação de ruptura interna no PS a que levou a polémica da formação da CIM.

“Esta avocação significa que a Distrital do PS não podia olhar para o lado na questão do que se

lhia, encaixar protagonistas que sejam capazes de levar por diante a política de defesa do Alto Minho como um todo”.

Em todo o caso, a distrital socialista poderá deparar-se com uma posição contrária à sua por parte dos órgãos nacionais do partido, que por hipótese pode vir a ratificar o nome de Moura, por se tratar de uma candidatura a uma capital de distrito. No meio político circula a informação que se tal vier a acontecer os presidentes das câmaras do PS no distrito – num universo de dez municípios, seis são presididos por socialistas – estarão na disposição de retaliar avançando como independentes.

Alheios a pressões

Questionado pelo JN sobre esta possibilidade, Rui Solheiro comentou: “Não aceitamos pressões e também não as fazemos. O processo vai ser levado com serenidade mas com firmeza”. Considerando que a avocação da escolha de candidatos da distrital é “algo que entristece todos os que têm trabalhado em prol do partido”, o líder da Concelhia vianense, José Maria Costa, garantiu, ontem, que irá apresentar um recurso à federação, na qual “irá prestar as devidas informações e a sua visão de que a decisão tomada não se justifica, nem tem razões políticas”.

As relações entre Defensor Moura e a Distrital do PS foram sempre conflituosas, mas recentemente parecem ter atingido o seu auge, dada as posições assumidas pelo autarca de Viana, durante o referendo que decidiu a não integração de Viana do Castelo na CIM. Moura teceu fortes críticas à lei do associativismo municipal, criada pelo seu próprio partido, e atacou o líder distrital e os deputados socialistas eleitos pelo círculo de Viana.

Resposta de Moura

Em comunicado, na qualidade de presidente da Câmara, Defensor Moura garantiu, ontem, que “independentemente de quaisquer decisões de entidades ou instituições alheias à autarquia e ao próprio município, a liderança da Câmara continuará a pugnar pela defesa intransigente dos direitos e dos interesses do Município, cumprindo rigorosa e intransigentemente as decisões dos órgãos autárquicos e o mandato dos eleitores”. Moura referiu ainda que “ao contrário de alguns funcionários e titulares de órgãos do Estado e de Autarquias Locais, o Presidente da Câmara nessa qualidade...”